
TENSÕES DA IDENTIDADE PESSOAL NO ESPELHO DE MACHADO DE ASSIS

TENSIONS OF PERSONAL IDENTITY IN THE MIRROR BY MACHADO DE ASSIS

Alexandre de Carvalho Castro

Centro Federal de Educação Tecnológica, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

O objetivo deste artigo consiste em analisar a forma como as tensões da identidade pessoal são representadas em “O Espelho”, um conto de Machado de Assis. Como o argumento central é baseado em Paul Ricoeur, busca-se em primeiro lugar caracterizar em linhas gerais seus conceitos de identidade narrativa conforme apresentados em sua última obra: *O si-mesmo como um outro*. Posteriormente, em um segundo momento, as teorias de Ricoeur são usadas para caracterizar algumas das questões centrais no conto de Machado de Assis.

Palavras-chave: identidade pessoal; história da psicologia; psicologia social; Paul Ricoeur; Machado de Assis.

ABSTRACT

The aim of this article consists on analyze how the tensions of personal identity are represented in “The Mirror”, a short story by Machado de Assis. The central argument is based in Paul Ricoeur, so, it is looked for firstly to describe in general terms his concepts of narrative identity as expressed in his last book: “Oneself as Another”. Later, in a second time, Ricoeur’s theories are used in order to characterize some of central questions in Machado’s tale.

Keywords: personal identity; history of psychology; social psychology; Paul Ricoeur; Machado de Assis.

Introdução

O termo “identidade”, presente no título deste estudo, pode causar estranheza entre aqueles que enfatizam a dimensão histórica dos fenômenos psicossociais, principalmente porque há uma denúncia recorrente à naturalização de conceitos tais como “identidade” e “indivíduo”. Naturalização essa que concebe a identidade como atributo individual permanente e tende a ocorrer porque nos submetemos aos valores culturais instituídos, fato que os torna, muitas vezes, imperceptíveis (Mancebo, 1999).

Contudo, há autores que procuram retirar essas noções do estado de naturalização em que eventualmente se encontram nas ciências humanas e sociais. Para tais, a formulação teórica que atribui uma identidade estável a um dado indivíduo simplesmente não é aceitável. Por isso, muitos desses críticos aderem às formulações de Dumont (2000) ou, como Velho (1987), procuram combinar a linha “maussiana” com a “dumontiana”.

Assim, uma vez que toda essa crítica da afirmação do homem como sujeito individual tem como referência básica de análise a historicidade das ideias e experiências humanas (Gonçalves, 2001), os debates em torno da problemática da identidade pessoal têm encontrado um interessante campo de pesquisa na Psicologia Social (Ciampa, 1997, 1999).

Consequentemente, se a análise da identidade de um indivíduo, enquanto pessoa marcada por variadas vivências subjetivas, pode ser percebida numa convergência teórica em relação à análise histórica, constata-se a abertura de um novo campo interdisciplinar para as pesquisas psicossociais: a compreensão da relação indivíduo-sociedade, em sua confluência entre história, subjetividade, literatura e cultura. Viés, aliás, deste artigo.

De qualquer forma, é necessário deixar claro desde já que a alusão à identidade, neste texto, não implica adesão a uma perspectiva reificadora que daria conta de uma essência de dado indivíduo. Ao contrário, o que se toma como fundamental é a

necessidade de demarcar as circunstâncias e contextos sócio-históricos que possibilitaram a emergência e o desenvolvimento dessa forma particular de se perceber como ser humano — o indivíduo moderno.

No Brasil, a construção do sentimento de interioridade e privacidade — frequentemente vinculados à identidade pessoal — ganhou grande impulso no século XIX, por causa de uma série de transformações sociais que implicaram a conversão de uma sociedade centrada no modelo patriarcal de família a uma nova ordem urbana (Costa, 1999). Nesse cenário, contudo, há autores que ressaltam a narrativa machadiana como um “contradiscurso” que denuncia a inconsistência desse projeto de modernidade que desejava produzir a unidade do “indivíduo-cidadão” (Muricy, 1987).

Daí, então, o objetivo desta investigação, que procura analisar as concepções de “identidade” implícitas em Machado de Assis. Pretende-se, mais precisamente, investigar as tensões da identidade pessoal em um de seus contos — “O Espelho” (Assis, 1881/1996) — caracterizado por forte ênfase na consciência de si, uma vez que o subtítulo aponta para o “esboço de uma nova teoria da alma humana”. Tal objetivo de pesquisa permite um olhar específico para um dado momento histórico, em fins do século XIX, onde a literatura machadiana evidenciava a subjetividade então presente na caracterização fictícia de um indivíduo: o personagem Jacobina, um alferes da guarda nacional.

Ainda é preciso ressaltar, todavia, que esta análise se dará em dois momentos, ambos imbricados na narrativa machadiana. Antes de analisar o discurso expresso no texto literário, abordaremos a discussão teórica de Paul Ricoeur concernente ao conceito de “identidade”.

A questão da identidade

A perspectiva teórica do filósofo Paul Ricoeur é uma alternativa metodológica interessante para quem deseja trabalhar com textos narrativos. Realmente, a temática da identidade narrativa mostrou-se particularmente desenvolvida no Ricoeur das últimas obras. Os três volumes de *Tempo e Narrativa* (cujo volume final saiu originalmente em 1985) e, principalmente, *O si-mesmo como um outro*, publicado na França cinco anos mais tarde, tratam exaustivamente das relações da identidade com a temporalidade. O pressuposto básico de tais análises é que a ação de compreender-se a si mesmo e de narrar-se — ou de deixar-se narrar — estão mutuamente implicadas. Tal

constatação torna-se tão pregnante que o leva ao ponto de afirmar, em suas obras, que a solução dos problemas estabelecidos em torno da identidade pessoal deverá tomar em consideração, em seu equacionamento, a dimensão narrativa.

Isso porque a “identidade narrativa” somente mostra sua efetiva caracterização em função da dialética interna ao problema da identidade pessoal. Em Ricoeur (1991), há dois usos distintos do conceito de identidade — identidade como “mesmidade” (idem), e identidade como “ipseidade” (ipso) — que são ressaltados justamente por conta da noção de tempo presente numa narração.

De fato, nos seus estudos sobre a função narrativa e a experiência humana do tempo, Ricoeur (1991) relacionou a “narrativa” com a “temporalidade” num quadro de interações dinâmicas e recíprocas. Ambas — a narratividade e a temporalidade — se vinculam por laços muito estreitos. Se, por um lado, a “temporalidade” é uma estrutura da existência que acede à linguagem mediante a narratividade, a “narratividade”, por sua vez, consiste numa espécie de estrutura linguística que tem como referente último a temporalidade. Em outras palavras, uma narrativa possui a função de atribuir e manifestar a temporalidade implícita na existência humana. Realmente, é possível vislumbrar uma dada história como um desenrolar de transformações que nos levam de uma situação inicial — marcada por dada “identidade” — até uma situação derradeira, conseqüentemente distinta. A “identidade narrativa” dependerá das transformações subjetivas e objetivas verificadas nesse desenrolar dos eventos, que podem referir-se tanto a uma trama ficcional, quanto à história de uma vida.

A hermenêutica da “identidade narrativa” pode ser entendida, a partir de Ricoeur (1991), como a interpretação do si, num âmbito onde dois conceitos — “mesmidade” e “ipseidade” — correspondem a duas significações da identidade. Significações realmente tão próximas que, num primeiro instante, causam dificuldades de interpretação. Se, no caso de uma conjectura, alguém afirmar que um leitor do século XIX e outro do século XXI fizeram uma leitura “idêntica”, porque leram o “mesmo” conto de Machado de Assis (“O Espelho”), o que isso significa? O que está sendo dito é que as leituras do “mesmo” conto são consideradas idênticas (apesar de terem sido feitas em livros diferenciados, publicados por editoras distintas, em anos diferentes) por representarem repetições de um mesmo evento (identidade como “mesmidade”) ou o que se pretende dizer é que a leitura foi idêntica rigorosamente porque o livro editado em 1882 permaneceu preservado no tempo a ponto de ser relido

em 2002 (identidade como “ipseidade”)? As duas significações da identidade realmente precisam ser analisadas a fundo.

A primeira, “mesmidade”, no sentido de idem, está ligada basicamente à reidentificação do mesmo, como, por exemplo, quando há duas ocorrências da “mesma” coisa. Nesse sentido, se há duas ocorrências, há também dois momentos diferenciados, o que significa dizer que o fator “tempo” está implicado na sucessão de ocorrências. Assim sendo, torna-se então necessário perceber que o critério de similitude é frágil no caso de uma grande distância no tempo, porque o desenvolvimento e o envelhecimento atuam como fatores de dessemelhança. Por isso, uma certa pessoa, por exemplo, não tem como apresentar similitude entre seus traços faciais, quando criança e idoso.

A segunda significação da identidade, a “ipseidade”, no sentido de ipse, está ligada ao nexo de continuidade ininterrupto entre o primeiro e o último estágio de desenvolvimento. A demonstração dessa continuidade serve de critério substitutivo da similitude. Uma vez que traços fisionômicos das imagens de criança e adulto não são os mesmos (não havendo, portanto, “mesmidade”) como asseverar que se trata da “mesma” identidade pessoal? Ora, a “ipseidade” que dará conta de tal “identidade” se fundamentará em um princípio de permanência no tempo, numa invariante relacional da identidade de si. A “ipseidade”, conseqüentemente, implica uma forma de permanência no tempo que seja uma resposta à pergunta: “Quem sou eu”? “Qual a minha identidade”? Para Ricoeur (1991), os dois modelos de permanência no tempo que permitem tal análise são: o caráter e a palavra considerada.

O caráter, como forma de permanência da identidade (ipse) no tempo, significa basicamente o conjunto de disposições duráveis com que reconhecemos uma pessoa. O hábito dá uma história ao caráter que assegura tanto a identidade numérica (ocorrências de ações que se repetem) quanto à permanência da identidade no tempo. Dessa forma, o caráter define o “ipse”, mas esse “ipse” se anuncia como “idem”. Em outras palavras, o caráter, que permanece no tempo (característica distintiva da ipseidade — “quem sou”), evidencia-se a partir de ocorrências da mesma ação (característica distintiva da mesmidade — “o que faço”). O caráter permite o recobrimento do “quem” pelo “o quê”, e do “ipse” pelo “idem”, mas não a ponto de inviabilizar a distinção entre os conceitos.

A palavra considerada, por sua vez, é um modelo de permanência no tempo diferente do caráter. A palavra mantida afirma uma manutenção de si.

A fidelidade à palavra dada, a manutenção de si na promessa, corresponde à confiança que o outro põe na minha fidelidade.

Para Ricoeur (1991), as dificuldades no trato das questões relativas à identidade ocorrem quando se desconsidera a assimetria entre “ipseidade” e “mesmidade”. Quando se desconhece essa distinção, não se pode trazer uma solução adequada ao problema. Daí a necessidade de se aludir à identidade narrativa, pois só se percebe a tensão “ipseidade” versus “mesmidade” quando as dimensões temporais emergem para o primeiro plano.

Por isso, a identidade aproxima-se de uma perspectiva que não se resume apenas à consciência do si num dado momento imediato. Mas, ao contrário, aponta para um teor reflexivo em que se ressalta um conjunto de mediações da própria consciência, dominada pela necessidade da reflexão marcada pelo conceito de “ipseidade” nas suas relações com a “mesmidade” e com a “alteridade”. Assim sendo, a consciência da “identidade” torna-se um produto criado pelo si (ou pelos “sis”) que se inserem sincrônica e diacronicamente na temporalidade.

Enfim, o que o conceito de identidade do si de Ricoeur (1991) sugere é que há, nos limiares da consciência, um verdadeiro jogo da alteridade, de fluidez, face às estruturas temporais da “mesmidade” e “ipseidade”. E essa abordagem viabiliza análises da identidade em termos que não são monolíticos e essencialistas.

Análise de “O Espelho - esboço de uma nova teoria da alma humana”

Machado de Assis (1839-1908), desde adolescente, frequentou a rua do Ouvidor, onde se situavam as livrarias que serviam como ponto de encontro de literatos, fato que acabou sendo fundamental para que fizesse os contatos que lhe permitiram escrever seus textos regularmente (Needell, 1993). Começou a escrever contos em 1858 (ocasião em que publicou “Três tesouros perdidos”), prosseguindo com sua tarefa até o início do século XX, quando alcançou a marca de mais de 200 contos (Brayner, 1981). Em todo esse período, contudo, sua trajetória é digna de nota.

Em 1856, como aprendiz de tipógrafo, entrou para a Imprensa Nacional, onde conheceu Manuel Antônio de Almeida (autor de *Memórias de um sargento de milícias*), chefe da gráfica, que se tornou seu protetor. A partir daí, uma série de eventos deram

impulso à carreira: em 1859, tornou-se colaborador no *Correio Mercantil*; em 1860, passou a pertencer à redação do *Diário do Rio de Janeiro*; e, em 1867, foi nomeado ajudante do diretor de publicação do *Diário Oficial*. Em 1872, publicou seu primeiro romance, *Ressurreição*, e, gradativamente, intensificou a colaboração em jornais e revistas escrevendo crônicas, contos, poesias, romances, que iam saindo em folhetins e depois eram publicados em livros.

Existem diversas análises biográficas sobre esse período (Magalhães Júnior, 1981; Pereira, 1988; Piza, 2005), assim basta destacar, para os propósitos deste artigo, que de 1881 a 1897, Machado publicou na *Gazeta de Notícias* vários contos e crônicas, inclusive aquele que será analisado neste artigo: “O Espelho — esboço de uma nova teoria da alma humana” (publicado no periódico em 1881 e republicado posteriormente em outubro de 1882, no livro *Papéis avulsos*, sua terceira coletânea de contos).

Como não se trata aqui de fazer uma análise literária exaustiva, alguns aspectos do conto serão destacados em detrimento de outros. A estrutura literária do conto e seu foco narrativo não receberão uma atenção privilegiada porque a intenção será a de investigar as tensões da identidade pessoal presentes naquilo que o escritor chamou de o “esboço de uma nova teoria da alma humana”.

Dessa forma, algumas imagens desse espelho serão exploradas mais atentamente em correlação com as perspectivas de Ricoeur. A ideia é a de pinçar os elementos mais relacionados ao objetivo do estudo. Nesse sentido, tendo como guia os reflexos desse espelho que se prestam mais à reflexão, foram destacados alguns itens que serão detalhados nos tópicos a seguir.

O espelho como reflexo da tensão entre o eu-narrante e o eu-narrado

Uma dada narrativa pressupõe um narrador que, dependendo do caso, pode ser explícito ou implícito. No caso de “O Espelho”, por conta dos recursos estilísticos de Machado, há um sugestivo jogo de identidades entre o eu-narrante e o eu-narrado. Um dos personagens — Jacobina — é o narrador do tal “esboço de uma nova teoria da alma humana”, que se configura como uma história dentro de outra história.

A figura machadiana do narrador, enfim, merece uma atenção especial. Nesse conto, assim como em outras de suas histórias, há interrupções constantes da linearidade do relato por causa das mediações do

narrador-personagem. Jacobina fala de si mesmo como um outro, o que fica claro por conta de uma espécie de metalinguagem que tanto interpreta os fatos *a posteriori* quanto configura uma tensão entre quem narra e é narrado. E essa tensão, obtida pela instrumentalidade do narrador-personagem, constitui uma narrativa oblíqua onde “O Espelho”, ao mesmo tempo, reflete e não-reflete o delineamento das identidades. Ou seja, a autorreferência de Jacobina se caracteriza pela conjunção interativa de elementos que alteram a sua própria identidade narrativa. Ela se apresenta fluida, porque se tornam instáveis as fronteiras entre o Jacobina de outrora e o Jacobina de então.

De acordo com a perspectiva de Ricoeur uma tensão se torna evidente. O eu-narrante (o Jacobina-narrador) e o eu-narrado (o Jacobina-personagem) têm a mesma identidade e são, à primeira vista, um e o mesmo. Mas, convém refletir, no sentido da “mesmidade” ou da “ipseidade”?

A pertinência da indagação se refere ao fato de que entre o eu-narrante e o eu-narrado interpõe-se uma distância temporal, que, segundo Ricoeur (1991), traz à tona o conflito interno à identidade narrativa: a assimetria da “mesmidade” com a “ipseidade”. Numa certa perspectiva, o “eu-narrante” e o “eu-narrado” são um e o mesmo Jacobina. Só que, devido à distância temporal, Jacobina é, simultaneamente, o mesmo e um outro. Nesse conto, portanto, há um clima de ambiguidade sempre presente.

Num outro plano de análise, todavia, o eu-narrante não é Jacobina, mas Machado. De fato, nos limiares extrínsecos-intrínsecos das duas narrativas — a que Jacobina (personagem literário) conta aos seus interlocutores (também personagens); e a que Machado de Assis descreve aos leitores do conto —, há planos assimétricos. Os narradores desse conto, com uma história dentro de outra, não podem ser definidos com rigor, pois o interior sempre se torna exterior e vice-versa. O escritor conta uma história em que um personagem conta uma história. Quem é o verdadeiro autor, então, do “esboço de uma nova teoria da alma humana”? Machado? Jacobina?

No texto, a transição da narrativa é explicitada claramente por Machado — “eis aqui como ele, Jacobina, começou a narração” (Assis, 1881/1996, p.99) — e também ressaltada pela utilização da primeira pessoa do singular a partir desse momento. Contudo, nesse conto, a própria noção de “autor” torna-se um elemento de rarefação da narrativa (vide Foucault, 1996), porque ela não pode ser atribuída objetivamente à criação exclusiva de um dado indivíduo.

O fundamental, por conseguinte, é aludir ao autor de “O Espelho” não como um indivíduo que narra ou escreve a história, mas como um princípio de agrupamento do discurso que dá lastro à sua própria coerência. Sobretudo porque o ato de narrar é prescrito pela função autor, tal como ele a recebe da sua época, ou tal como, por sua vez, a modifica. Isso porque o escritor pode até perturbar a imagem tradicional que se tem do “autor”.

No caso desse conto, especificamente, é interessante ressaltar que, quando da publicação em forma de folhetim, na *Gazeta de Notícias*, Machado de Assis assinou a autoria como “M-as”. Pseudônimo que acabou por se desenvolver, em outros contos, para “Max” e depois “Máximo” (Magalhães Júnior, 1956). No ano seguinte, quando o mesmo conto foi republicado em forma de livro, contudo, o escritor se identificou com o próprio nome.

Ora, essas contingências trazem à tona uma nova tensão: o M-as que publica o conto, em partes, no jornal é o mesmo escritor que o publica no livro? Há uma identidade de autoria que permanece estável o tempo todo? Ou na *Gazeta de Notícias* ele age como autor-de-folhetim (onde pseudônimos eram usuais), e em *Papéis avulsos* ele procede como autor-de-livro (onde optava pelo próprio nome)?

Lançar mão da “mesmidade” e da “ipseidade” dentre os polos de tensão na identidade de Machado de Assis como autor implica perceber que o próprio escritor, ora se via como si-mesmo, ora se concebia como outro. Inclusive porque ele não era só o que transparecia no pseudônimo, mas também o que dizia por intermédio do Machado-Jacobina (sua fala atribuída ao personagem).

De qualquer modo, o recurso machadiano que estabelece uma mediação pseudônimo/autor/personagens também concede à narrativa uma condição privilegiada diante das polêmicas, que explicitamente o personagem diz evitar. Como o discurso do escritor vê sua imagem refletida no espelho do discurso do personagem, não é o escritor que defende a teoria da existência de “duas almas”, mas Jacobina, que é tratado quase que com desdém no fim da história. O próprio Machado, sutilmente, termina o conto dando a entender que todos se desligaram (dormiram?) enquanto Jacobina falava.

O espelho como reflexo da tensão entre alma interior e exterior

As alusões metafísicas aparecem já no início do conto, pois em uma casa de Santa Teresa, bairro

próximo do centro do Rio de Janeiro, cavalheiros debatiam questões de alta transcendência para resolver os mais árduos problemas do mundo.

Jacobina, um dos tais cavalheiros, tinha basicamente a mesma idade dos demais (entre quarenta e cinquenta anos), mas distinguia-se por uma característica incomum: não discutia jamais. E, em defesa de sua postura, dizia que os serafins e os querubins não controvertiam nada e eram símbolos da perfeição.

Porém, quando a conversa passou a girar em torno da natureza da alma, Jacobina foi chamada a dar uma opinião. Cheio de ressalvas — “como sabem, eu não discuto. Mas, se querem ouvir-me calados” (Assis, 1881/1996, p.97) —, propôs contar um caso de sua própria vida em que ficava claro que existiam duas almas.

A tensão no âmbito da identidade pessoal é aludida mediante a ênfase de que cada pessoa tem duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro. Destarte, a descrição do que poderia ser essa “alma exterior” assume uma posição de destaque na narrativa. Ela poderia ser um espírito, um fluido, um objeto, ou até mesmo um simples botão de camisa. Sua função, como segunda alma, seria também transmitir a vida (como a primeira, a alma interior). No entanto, havia circunstâncias em que a perda da alma exterior implicava a dissolução da existência inteira.

Do ponto de vista sócio-histórico, há de se ressaltar que discussões metafísicas concernentes à natureza da alma eram muito comuns em meados do séc. XIX. Nos saberes psicológicos desse período, a alma eventualmente era tratada como sendo uma espécie de essência do indivíduo. Nessas teorias, havia uma ratificação da concepção de alma segundo o escolasticismo medieval (Alberti, 2003), principalmente em função do intuito de resistir ao pensamento positivista, num cenário onde emergiam ataques da racionalidade empírica à racionalidade religiosa/metafísica.

O conto machadiano, portanto, precisa ser situado nesse horizonte sociocultural, até porque se opõe tanto à doutrina católica quanto ao positivismo. A posição de Jacobina sobre a alma difere claramente dos pontos mais tradicionais desse debate oitocentista. Realmente, os amigos de Jacobina ouvem um relato de formação de uma identidade mediante um processo que não transcorreu de dentro para fora, mas, pelas palavras do próprio personagem, de fora para dentro, pela sobreposição da alma exterior (a cortesia que lhe dispensavam como alferes), em relação à alma interior (o ser humano em si).

Nessa narrativa, mais explicitada no tópico a seguir, a perda da tal “alma exterior” efetivamente implicou uma grave crise na identidade de si, pois ao perceber-se só, Jacobina buscou no seu reflexo no espelho uma imagem que exprimisse a permanência de uma identidade que, de outra forma, se mostrava ambígua e fugidia.

O espelho como reflexo da tensão entre o simples Jacobina e o Jacobina-alferes

O episódio narrado por Jacobina tinha ocorrido há duas décadas, quando, aos vinte e cinco anos de idade, fora nomeado alferes da Guarda Nacional. Como seria de se esperar, o acontecimento repercutiu grandemente em sua casa: sua mãe passou a chamá-lo de “meu alferes”; e sua tia, D. Marcolina, que morava num solitário sítio distante da vila, desejou vê-lo vestido com a farda.

O resultado dessa visita foi tão surpreendente que implicou a tensão entre o simples Jacobina e o Jacobina-alferes. A tia era só abraços, e, com estardalhaço, o chamava também de “meu alferes”! Conquanto Jacobina pedisse à tia que o chamasse Joãozinho, como dantes, ela discordava. O tratamento preferencial era dado ao “senhor alferes”, que na mesa tinha o melhor lugar, e era o primeiro a ser servido. Enfim, era sempre alferes para cá, alferes para lá, alferes a toda a hora.

Esse entusiasmo da tia Marcolina, aliás, é o que está por trás do título do conto: “O Espelho”. Pois ela chegou mesmo ao ponto de mandar pôr no quarto de Jacobina um grande espelho que, com enfeites de ouro e madrepérola, consistia em um presente da madrinha, herdado da mãe, que, por sua vez, o comprara de uma das fidalgas vindas com a corte de D. João VI, em 1808.

A ênfase do Jacobina-narrador, então, é mostrar a seus interlocutores que todos os favorecimentos e regalias causaram nele uma transformação. Isso porque, se nos primeiros momentos da visita à tia Marcolina as duas naturezas até que se equilibravam, nos dias seguintes não tardou que a natureza primitiva (o homem) cedesse à outra (o alferes). Com o tempo, enquanto a consciência do homem se obliterava, a do alferes, por sua vez, tornava-se cada vez mais viva e intensa. Ou seja: “o alferes eliminou o homem” (Assis, 1881/1996, p.102).

Nas palavras do personagem, a alma exterior (que anteriormente era o sol, o ar, o campo e os olhos das moças) mudou de natureza, e passou a ser o modo como o tratavam na casa de sua tia. A única parte do

cidadão que ficara consigo foi aquela vinculada com o exercício da patente: “o alferes”. A outra, “o homem”, dispersou-se totalmente.

A ênfase machadiana serve para ilustrar o processo de mudanças onde um dado personagem, ou uma certa “identidade”, transita de uma caracterização preliminar até um momento posterior, com caracterização totalmente diferente. Assim, o que se percebe é que a “identidade narrativa” de Jacobina se transmuda no desenrolar da trama, pois ao final de três semanas, era outro, totalmente outro. Era exclusivamente alferes.

Novas mudanças, entretanto, seriam experimentadas na continuação do conto. A tia precisou viajar para ver uma filha doente e pediu ao “seu alferes” que tomasse conta do sítio. Frente ao peso da solidão, ainda mais porque os escravos aproveitaram uma distração sua para fugir, a disposição de Jacobina sofreu um revés. A interrupção brusca da afeição extremada dos parentes trouxe sérias consequências e a alma exterior se reduziu. Embora a figura de “o alferes” continuasse a dominar nele, sua consciência tornara-se mais débil.

Dias e semanas passaram e ninguém retornou, nem a tia Marcolina, nem os outros parentes que foram com ela. A solidão de Jacobina tomava grandes proporções e ele sentia-se como alguém que tinha perdido toda a ação nervosa e a capacidade de reagir. Situação que o configurava como um defunto ambulante, uma espécie de sonâmbulo.

Ao dormir, porém, o sono eliminava a necessidade de uma alma exterior e deixava atuar a alma interior. De acordo com Jacobina, durante os sonhos ele se fardava com orgulho e a família e os amigos chamavam-no de alferes. E mais, vinham pessoas que lhe prometiam postos importantes: tenente, capitão e major. Com os elogios, Jacobina revivia, mas, ao acordar, o ânimo ia embora junto com o sono. A consciência renovada ficava enfraquecida porque a alma interior perdia a ação exclusiva, e ficava dependente da outra — a alma exterior — que não se restabelecia.

Os demais personagens, ouvintes atentos, interromperam a história para dizer que semelhante situação era de enlouquecer. Jacobina-narrador concordou explicando que desde que ficara só, na casa, não olhara nenhuma vez para o tal espelho da tia Marcolina, talvez por um impulso inconsciente, ou um temor oculto de achar-se um e dois, ao mesmo tempo.

Em função dessa condição, exposta por Machado, de seu personagem ser concomitantemente “um e dois”, pode-se destacar mais uma vez a tensão fundamental acerca da “identidade narrativa”: a crise

interna à ipseidade. Crise essa “em que a própria noção de dependência de minhas experiências para comigo mesmo tem um sentido ambíguo” (Ricoeur, 1991, p.166).

O problema da identidade do alferes surge mediante a questão da permanência no tempo. A identidade do personagem machadiano oscila entre dois polos: a mesmidade e a ipseidade. Uma vez que a “mesmidade” remete à similitude de ocorrências do mesmo evento, e a “ipseidade” alude a uma forma de permanência imutável, ao longo do tempo; Jacobina vai recorrer ao espelho para tentar vislumbrar nas imagens uma resposta à sua indagação: quem sou?

Analisar a crise de Jacobina implica perceber que há um intervalo de sentido entre os dois polos em que sua identidade oscila: idem e ipse. Lacuna essa que só pode ser preenchida, segundo Ricoeur (1991), pela identidade narrativa. Pois, não consideramos as vidas humanas como mais inteligíveis justamente quando elas são interpretadas em função das histórias que as pessoas contam a seu respeito? E tais histórias de vida não se tornam mais compreensíveis quando obedecem a modelos narrativos apropriados de dramas e romances?

Em linhas gerais, pode-se dizer que a interpretação de si encontra na narrativa uma mediação privilegiada, que viabiliza o entrecruzamento do estilo historiográfico das biografias com o estilo romancado das ficções. A identidade narrativa exerce uma função mediadora entre os polos da mesmidade e da ipseidade, o que é facilmente constatado pelas variações imaginativas que a narrativa machadiana coloca diante da identidade de Jacobina. De fato, na ficção literária, o espaço de variações aberto às relações entre a mesmidade e a ipseidade é imenso. É possível explorar na narrativa ficcional várias possibilidades ao mesmo tempo.

Ora, o que significa a perda da alma interior, na experiência do alferes? Segundo a perspectiva de Ricoeur (1991), é preciso dimensionar essa perda de identidade mediante a percepção de que o passar do tempo opera uma confusão entre o “idem” e o “ipse”. Por isso não basta apontar para a falta de identidade. Antes de tudo, é necessário verificar de qual modalidade de identidade se trata.

Nesse sentido, “o Espelho” ilustra o argumento a favor da diferenciação entre a “identidade do si” e a “identidade do mesmo” e mostra a relevância de uma interpretação narrativa da identidade. A crise existencial do personagem do conto traz à luz uma circunstância onde as duas espécies de identidade

deixam de se recobrir mutuamente, apresentando a ipseidade do si sem o suporte da mesmidade. E, para Jacobina, a contradição humana estava justamente no fato de que, depois de oito dias, decidiu olhar para o espelho com o único objetivo de achar-se dois.

Ele foi ao quarto, olhou no espelho e viu uma figura distorcida, difusa. Mas, ao olhar persistentemente para o vidro, desesperado, teve uma ideia, e pensou em vestir a farda de alferes para, então, novamente colocar-se defronte do espelho. Essa iniciativa surtiu efeito, pois nesse momento, com a farda, o vidro reproduziu a figura integral, sem distorções. O alferes achava, enfim, a alma exterior.

Daí em diante Jacobina mudou o modo de agir. Contemplava-se no espelho, e ia de um lado para outro, sorrindo. A cada dia vestia-se novamente de alferes e sentava-se diante do espelho, para ler ou meditar. O reflexo exprimia tudo. A “mesma” (idem) alma exterior, que estivera ausente, retornava na imagem do espelho. O Jacobina-alferes sentiu-se renovado e, com esse procedimento, pôde atravessar os dias de solidão sem os sentir.

Nessa narrativa machadiana, portanto, se verifica basicamente uma busca pela “mesmidade”, onde a imagem do espelho está ligada à sucessão de ocorrências do mesmo evento. A imagem da valorização social do alferes, que Jacobina via em sua tia e nos demais, é reidentificada na imagem do espelho. Mas o critério de similitude é frágil, pois de tempos em tempos ele precisa repetir o gesto.

Cada novo olhar no espelho remete ao “idem”, pois resgata um momento anterior da afirmação da identidade do alferes. Mas essa imagem no espelho não é a identidade de si — “ipse”. É apenas como uma “cópia xerox” (idem) que reproduz uma situação original.

Dessa forma, percebe-se que a identidade narrativa presente no personagem “Jacobina” não reifica a unidade de um sujeito, de um “eu” constante no decorrer da história. História, aliás, que pode ser entendida tanto como a história de Jacobina quanto a história do Brasil, sobretudo porque se houve uma ocasião em que o povo brasileiro começou a olhar para si foi no contexto da chegada da corte portuguesa, em 1808, época em que o conto, metaforicamente, situa a origem do espelho.

Gledson (2001), inclusive, afirma que esse conto trata da “alma do Brasil”, que também corria o risco de esvaír quando se contemplasse no espelho sócio-histórico do século XIX. Dessa forma, o que efetivamente se vê, dentro da perspectiva de

contradiscurso machadiano — assinalada por Muricy (1987) —, é uma experiência de fragmentação desse sujeito, diluído ao longo do tempo e da história social.

O conflito entre o simples Jacobina e o Jacobina-alferes reflete as relações entre o social e o individual de modo tal que a identidade pessoal contemplada em “O Espelho” assume contornos que fragmentam o sujeito, ao ponto de levá-lo à perplexidade de ser, em o espelho de sua época, um e dois, ao mesmo tempo.

Conclusão

O objetivo deste artigo consistiu basicamente em analisar o conceito de identidade pessoal em um dos contos de Machado de Assis: “O Espelho”. Para isso, utilizou como referencial teórico a perspectiva desenvolvida por Paul Ricoeur em relação à assimetria interna à identidade — os polos distintos da “mesmidade” e da “ipseidade”.

A análise empreendida, corolariamente, permitiu também avaliar as relações do texto machadiano com algumas práticas discursivas de fins do século XIX. Isso porque “O Espelho” reflete não só o próprio discurso machadiano, mas também o campo social que conduziu, no Brasil de então, à construção do indivíduo moderno.

Assim, ao longo da análise, foi possível verificar que a maneira como Machado de Assis se utilizou do recurso do narrador-personagem visou ressaltar a ambiguidade da narrativa. Entre o “eu narrante” e o “eu narrado” foi construído um intervalo de sentido, marcado pela distância temporal, que refletiu o conflito interno à identidade: a assimetria da “mesmidade” com a “ipseidade”.

De igual modo, a imbricação pseudônimos/ autores/personagens, como mecanismo de alteridades — quem narra, quem descreve, e quem escreve —, mostra que Machado de Assis não naturalizava a identidade pessoal em termos essencialistas, mas, ao contrário, percebia uma série de tensões e alterações sociais.

Por esse motivo, o artigo também constatou que o conflito machadiano entre alma exterior e alma interior, refletindo as relações entre o social e o individual, implicou, em “O Espelho”, uma identidade pessoal extremamente fragmentada. O conto de Machado, portanto, viabiliza uma leitura crítica da naturalização do conceito de identidade, e, conseqüentemente, serve de pano de fundo para a discussão de questões bem atuais.

Ao aludir à metáfora do reflexo do espelho, Machado busca a reflexão da consciência. Mas com que meios? Através de um olhar que se constitui de dentro para fora (alma interior)? Ou mediante uma visão de si modulada pelo outro (alma exterior)? A construção da identidade pessoal efetivamente implica, como suspeitou Ricoeur, o si-mesmo como um outro?

A tentativa de responder a essas questões não aponta conclusões definitivas, mas perspectivas. Assim, esta análise considera que há nos limiares da identidade narrativa de Jacobina, protagonista e narrador da história dentro da história, um verdadeiro jogo da alteridade face às estruturas temporais da “mesmidade” e “ipseidade”. O que não autoriza que a visão machadiana da identidade venha a ser interpretada em termos rígidos, naturalizados e permanentes.

Referências

- Alberti, S. (2003). *Crepúsculo da alma: a psicologia no Brasil no séc. XIX*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Assis, M. (1994). *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. (Original publicado em 1882)
- Assis, M. (1996). *O alienista e o espelho*. Rio de Janeiro: Ediouro. (Original publicado em 1881)
- Brayner, S. (1981). *O conto de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ciampa, A. C. (1997). *A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Ciampa, A. C. (1999). Identidade. In W. Codo & S. T. M. Lane (Orgs.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (13ª ed., pp. 14-30). São Paulo: Brasiliense.
- Costa, J. F. (1999). *Ordem médica e norma familiar* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Dumont, L. (2000). *O individualismo*. (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Rocco.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso* (L. F. A. Sampaio, Trad.). São Paulo: Loyola.
- Gledson, J. (Org.). (2001). *Machado de Assis. Contos, uma antologia* (2 vol.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Gonçalves, M. G. M. (2001). A Psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: A historicidade como noção básica. In A. B. Bock, M. G. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.), *Psicologia Sócio-Histórica* (pp. 62-83). São Paulo: Cortez.
- Magalhães Júnior, R. (1956). *Cartas Recolhidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Magalhães Júnior, R. (1981). *Vida e obra de Machado de Assis* (4 vol.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Mancebo, D. (1999). Indivíduo e Psicologia. In A. M. Jacó-Vilela & D. Mancebo (Orgs.), *Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos* (pp. 29-41). Rio de Janeiro: Eduerj.
- Muricy, K. (1987). O indivíduo e a sociedade em Machado de Assis. In A. M. Almeida et al., *Pensando a família no Brasil* (pp. 97-113). Rio de Janeiro: Espaço e tempo.

Needell, J. D. (1993). *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras.
Pereira, L. M. (1988). *Machado de Assis* (6ª ed. rev.). Belo Horizonte: Itatiaia.
Piza, D. (2005). *Machado de Assis: um gênio brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial.
Ricoeur, P. (1991). *O si-mesmo como um outro* (L. M. César, Trad.). Campinas, SP: Papyrus.
Velho, G. (1987). Família e subjetividade. In A. M. Almeida et al., *Pensando a família no Brasil* (pp. 40-52). Rio de Janeiro: Espaço e tempo.

Recebido em: 14/03/2010

Revisão em: 26/10/2010

Aceite em: 11/02/2011

Alexandre de Carvalho Castro é Doutor em Psicologia Social pela UERJ. Professor Adjunto do Centro Federal de Educação Tecnológica/RJ. Departamento de Ensino Superior. Endereço: Av. Maracanã 229. Rio de Janeiro/RJ, Brasil. CEP 20271-110. Email: o.aken@uol.com.br

Como citar:

Castro, A. C. (2012). Tensões da identidade pessoal no Espelho de Machado de Assis. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 619-627.